O PAPEL DO PSICOPEDAGOGO INSTITUCIONAL NA PREVENÇÃO DOS PROBLEMAS DE APRENDIZAGEM DA ESCRITA

SIMONE DA SILVA DE SOUZA

RESUMO
A Psicopedagogia é uma área de conhecimento que, em suas transformações, traz contribuições e instrumentos que despertam o interesse dos envolvidos na Educação. Foi objetivo deste estudo compreender melhor como o psicopedagogo institucional poderá intervir nas questões relacionadas às dificuldades de aprendizagem da linguagem escrita. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica. Como resultado, foi possível entender que o psicopedagogo institucional pode contribuir significativamente para a prevenção de futuros problemas de aprendizagem e para o tratamento dos já instalados, com intervenções cabíveis tanto para o aluno quanto para todos os envolvidos no processo de aprendizagem.

PALAVRAS – CHAVE: Psicopedagogia; prevenção; aprendizagem; leitura; escrita.

ABSTRACT
The Psychopedagogy is a knowledge area in their transformations brings contribution and instruments that inspiring interest to the involved in Education. The objective of this study was to better understand how institutional psychopedagogue may intervene in issues learning difficulties of written language. The methodology used was the bibliographic research. As a result it was possible to understand that institutional psychopedagogue can do much to prevent future learning problems and treat the already installed, with interventions reasonable both for student and for all involved in learning.

KEYWORDS: Psychopedagogy; prevention; learning ability; reading; writing.

INTRODUÇÃO

A Psicopedagogia tornou-se uma área de conhecimento muito requisitada pelos profissionais da Educação. Por conseguinte, oferece recursos e instrumentos que contribuem para a compreensão de como o sujeito aprende ou, mais especificamente, como se dá o processo de aprendizagem desse sujeito, para que, a partir desse ponto, seja possível entender por que ele não aprende, quais são os fatores desencadeantes que favorecem as dificuldades de aprendizagem, como tratá-los e como prevenir futuros problemas.

Dessa forma, é relevante compreender a constituição da Psicopedagogia, sua definição, campo de atuação e o papel do psicopedagogo institucional na prevenção de problemas de aprendizagem da escrita. Para tanto, esse profissional deverá saber como o sujeito aprende a ler e a escrever e o que interfere na não aprendizagem dessas habilidades cognitivas. Com o objetivo de compreender melhor como o psicopedagogo institucional pode intervir nas questões relacionadas às dificuldades de aprendizagem da linguagem escrita, apresenta-se este estudo.

A PSICOPEDAGOGIA, DEFINIÇÃO E CARACTERÍSTICAS

A Psicopedagogia, em sua trajetória histórica, passou por diversos momentos de mudanças e reformulação em sua concepção. Definir o que é a Psicopedagogia é um trabalho árduo, por haver interpretações equivocadas da área; porém, há diversos profissionais que podem contribuir com conceitos do que é a Psicopedagogia. Vale salientar que a Psicopedagogia ainda não é uma ciência, por não possuir um corpo teórico próprio e por sustentar-se em aportes téoricos de outras áreas em suas ações, intervenções e diagnósticos. Esta é considerada uma área que estuda o processo de aprendizagem, em que o seu objeto de estudo é o sujeito cognoscente e seu processo de aprendizagem. Portanto, é uma área multidisciplinar, em que há um diálogo com outras ciências para que possa buscar ações e soluções em determinados casos de dificuldades de aprendizagem. Para que possamos compreender a Psicopedagogia, é fundamental sabermos seu objetivo, necessidade e campo de atuação.

A Psicopedagogia nasceu da necessidade de compreender o processo de aprendizagem, ou seja, de investigar como esse processo ocorre no sujeito e, sobretudo, entender as razões pelas quais ele não aprende. Nesse sentido, a Psicopedagogia tem como objetivo fundamental resgatar o desejo de aprender, promovendo condições para que o sujeito cognoscente se aproprie do conhecimento, despertando e fortalecendo sua motivação para aprender.

O sujeito é considerado um ser dotado de potencialidades para aprender, desenvolver habilidades e competências, desde que essas sejam naturalmente estimuladas, uma vez que a aprendizagem constitui um direito social subjetivo. Esse sujeito, bem como seu processo de aprendizagem e suas possíveis alterações — ou seja, sua relação com o aprender —, torna-se objeto de estudo da Psicopedagogia. Em outras palavras, este é o foco central de sua atuação. Vejamos o que pensa Bossa em relação ao objeto de estudo e às modalidades da Psicopedagogia:

A forma de abordar objeto de estudo pode assumir características específicas, a depender da modalidade: clínica, preventiva e teórica, umas articulando-se às outras. O trabalho clínico não deixa de ser preventivo, uma vez que, ao tratar alguns transtornos de aprendizagem, pode evitar o aparecimento de outros. O trabalho preventivo, em uma abordagem psicopedagógico, é sempre clínico, levando em conta a singularidade de cada processo. (BOSSA, 2011, p. 47)

Em seu campo de atuação, a Psicopedagogia pode ser classificada como de caráter institucional ou clínico (cada um com sua metodologia específica) e pode atuar nas modalidades preventiva ou terapêutica. Segundo Bossa, é necessário entender a situação de aprendizagem do sujeito, tanto individualmente quanto em grupo, para que tal compreensão possa definir a modalidade mais apropriada de atuação para a situação em estudo, lembrando que não há procedimentos predeterminados. (BOSSA, 2011).

Para definir a Psicopedagogia de caráter clínica Bossa diz:

A Psicopedagogia Clínica procura compreender de forma global e integrada os processos cognitivos, emocionais, sociais, culturais, orgânicas e pedagógicas que interferem na aprendizagem, a fim de possibilitar situações que resgatem o prazer de aprender em sua totalidade, incluindo a promoção da integração entre pais, professores, orientadores educacionais e demais especialistas que transitam no universo educacional do aluno. (BOSSA, 2011, p. 104)

A Psicopedagogia, de caráter institucional, atua no espaço escolar com o intuito de melhorar a qualidade de ensino, quando este não é oferecido de forma a garantir integralmente todos os aspectos envolvidos na formação cognitiva do sujeito. Seu objeto de estudo é o sujeito e seu processo de aprendizagem, além de assessorar a escola e todos os envolvidos nesse processo. Vale citar que existem trabalhos da Psicopedagogia de caráter institucional em creches, hospitais e empresas.

O trabalho psicopedagógico institucional atuará diretamente na construção do conhecimento do sujeito e na identificação dos problemas de aprendizagem presentes na instituição, com uma atuação preventiva, mas articulada a uma perspectiva clínica. Dessa forma, Fagali (1998, p. 39) afirma que " O trabalho psicopedagógico pode ter um caráter preventivo, no sentido de reconstruir processos, definir papéis, valorizando novos conhecimentos, pessoas, papéis, processos, produtos, objetivos."

Contudo, pensando em uma atuação psicopedagógica institucional escolar, lembremos que a escola tem um papel fundamental, de grande relevância, função social e responsabilidade pelo aprender do sujeito. Sendo assim, esta atuação será de ordem preventiva, com o objetivo de atalhar ou minimizar possíveis situações que possam surgir. O trabalho psicopedagógico pode ser amplo ou específico, dependendo da atuação do psicopedagogo institucional no oferecimento de assessoria psicopedagógica. Este trabalho é temporário e as intervenções psicopedagógicas ocorrem frente ao corpo docente, que busca esse tipo de atuação no sentido de promover mudanças e melhorias me-

todológicas, com o intuito de oferecer um melhor aproveitamento por parte do educando. Além disso, o psicopedagogo pode estar inserido na própria instituição escolar, atuando diretamente com todos os envolvidos, na perspectiva de trabalho em equipe, contribuindo com reflexões na escolha de materiais didáticos, metodologias, situações de insucesso ou qualquer outra que a instituição venha a sentir necessidade de reflexões, intervenções e ações cabíveis para tais casos, respeitando suas especificidades. (PERES; OLIVEIRA, 2007).

A atuação preventiva busca evitar o surgimento de dificuldades de aprendizagem, tratar as já existentes, impedir se agravem. Além disso, busca minimizar seus impactos e prevenir o aparecimento de novas. No âmbito preventivo psicopedagógico institucional, são identificados três níveis de intervenção psicopedagógica, propostos por Bossa (2011, p. 35):

No primeiro nível, o psicopedagogo atua junto aos processos educativos com o objetivo de diminuir a "[sic] frequência dos problemas de aprendizagem" [sic]. [...] No segundo nível, o objetivo é diminuir e tratar problemas de aprendizagem já instalados. [...] No terceiro nível, o objetivo é eliminar os transtornos já instalados, em um procedimento clínico com todas as suas implicações. O caráter preventivo permanece aí, uma vez que, ao eliminarmos um transtorno, estamos prevenindo o aparecimento de outros.

Entretanto, a atuação psicopedagógica preventiva deve considerar e respeitar a subjetividade de cada sujeito e a especificidade de sua situação peculiar.

Apesar de a Psicopedagogia oferecer distintos campos de atuação - sendo eles o clínico e o institucional -, haveria limites entre ambos? Independente do caso de cada sujeito, suas situações são específicas. Tanto no espaço clínico quanto no institucional, a ação adota uma configuração clínica. Cada uma das atuações possui características próprias, com ações específicas, o que não elimina e nem restringe a possibilidade serem de caráter clínico ou preventivo.

Por conseguinte, ao lidar com uma demanda no âmbito clínico, simultaneamente trabalha-se também com a modalidade preventiva, no sentido de que, ao mesmo tempo em que a dificuldade é tratada, há a prevenção de futuros problemas.

É relevante refletirmos o que diz Bossa a respeito deste assunto:

Ora, na instituição escolar, a prática psicopedagógica também apresenta uma configuração clínica. [...] A Psicopedagogia preventiva se baseia principalmente na observação e na análise profunda de uma situação concreta, de forma que podemos considerar clínico o seu trabalho. [...] É importante reiterar, neste ponto, também, que o trabalho clínico na Psicopedagogia tem função preventiva na medida em que, ao tratar determinados problemas, pode prevenir o aparecimento de outros. (BOSSA, 2011, p. 134)

Vale frisar que tanto na atuação clínica quanto a institucional têm seu espaço na Psicopedagogia, cada uma com metodologia específica de trabalho. Em ambas as modalidades, é fundamental considerar o contexto de vida do sujeito incluindo os aspectos familiar, escolar e sócio-cultural. É necessário, ainda, identificar a natureza do problema para que se determine a forma de atuação do profissional psicopedagogo - isto é, se a dificuldade tem origem externa (reativo), a atuação será preventiva; se for decorrente de fatores internos (inibição ou sintoma), a intervenção será de caráter terapêutico. (BOSSA, 2011).

A Educação, em sua evolução, vem sofrendo modificações e transformações nos seguintes aspectos: uma nova visão do sujeito - pensante, inteligente e com potencialidades; novas concepções de ensino; metodologias; materiais; recursos didáticos ampliados; e contribuições da tecnologia. Portanto, atualmente, existem desafios para alfabetizar, tanto para os professores quanto para todos os envolvidos nesse processo, devido a essas mudanças e evolução da sociedade.

O QUE É LER E ESCREVER?

Tratando-se de aprendizagem, para que um indivíduo se integre e compreenda seu meio social, é necessário que haja uma comunicação eficaz, isto é, por meio da linguagem

oral, escrita ou da leitura. Saber ler e escrever são capacidades e/ou atos indispensáveis no meio em que vivemos; portanto, são formas de o indivíduo se comunicar e expressar-se com outros indivíduos. A linguagem oral possui grande importância na aquisição da escrita e da leitura. Como se dá aprendizagem dessas habilidades (escrita e leitura)? O principal assunto que abordarei com profundidade é processo de escrita, ou seja, como a criança aprende a escrever. Para tanto, é fundamental definir o que significa escrever e ler.

A leitura e a escrita podem ser consideradas habilidades cognitivas distintas, porém não dicotômicas; isto é, ambos os processos devem acontecer de forma simultânea.

Segundo o documento Grupo de Trabalho – Alfabetização Infantil: os novos caminhos (2003, p. 25):

> Ler [sic] consiste na capacidade de extrair a pronúncia e o sentido de uma palavra a partir de sinais gráficos. Escrever consiste na capacidade de codificar graficamente os sons correspondentes a uma palavra. Ler implica, antes de mais nada, a capacidade de identificar uma palavra.
>
> O desenvolvimento da escrita é complexo, pois envolve uma série de habilidades essenciais para o seu desenvolvimento pleno. Por haver poucas pesquisas sobre essa capacidade, torna-se árduo elucidá-la. Portanto, escrever é a capacidade de codificar sons utilizando sinais gráficos, que são as letras (grafemas). Contudo, para que a escrita aconteça, é necessário um desenvolvimento motor adequado, fundamental esse processo.

De acordo com Oliveira (2010, p. 114), "a escrita é um ato motor que mobiliza diferentes segmentos do corpo."

Por ser uma capacidade de fácil desenvolvimento, a leitura geralmente antecede a escrita. Ler é muito mais do que decifrar ou decodificar sinais gráficos; envolve um conjunto de habilidades, tais como: domínio técnico da decodificação (adquirir competências específicas para esse processo), consciência fonológica, familiaridade com textos impressos, metalinguagem, consciência fonêmica, conhecimento do princípio alfabético, fluência, vocabulário, além de aprender a ler para compreender, informar-se, adquirir conhecimentos, divertir-se e, por fim, comunicar-se socialmente.

É plausível dizer que a aprendizagem da escrita por parte da criança antecede a capacidade de ler e escrever convencionalmente. Posteriormente, atinge-se uma escrita em nível de hipótese alfabética, e, mais adiante, ortográfica. Para isso, é necessário que a criança desenvolva competências metalinguísticas e consciência fonológica. Por ser uma habilidade complexa, a escrita é precedida pela leitura; no entanto, ambas devem ser trabalhadas simultaneamente. Vale lembrar que "ler requer proficiência em dois conjuntos de competências: reconhecer palavras e compreender o significado de textos." (CAPOVILLA, 2003, p. 27).

Todavia, além de ser uma das primeiras tarefas relevantes, identificar palavras não é suficiente; é fundamental que, após a identificação, haja a compreensão imediata dessas, isto é, a aquisição da competência para decodificar. Conforme essa evolução, há um avanço na eficiência, com ampliação e progresso do léxico ortográfico, o que permite maior facilidade no reconhecimento ortográfico contíguo. (CAPOVILLA, 2003).

O processo de decodificação (fonema em grafema) é muito mais fácil do que o de codificação (grafema em fonema); logo, escrever requer que a criança aprenda as representações ortográficas de maneira objetiva e completa. (CAPOVILLA, 2003).

Por fim, a tarefa inicial na aprendizagem da leitura é reconhecer palavras. No entanto, a leitura proficiente não se resume à identificação letra por letra. À medida que desenvolvimento ocorre de forma gradual ao longo desse processo, o leitor passa a estabelecer associações cada vez mais automáticas e eficientes. Por meio da percepção progressiva, o sujeito é capaz de armazenar sons em sua memória, os quais serão recuperados futuramente durante o reconhecimento de palavras.

APRENDER A ESCREVER PARA ESCREVER

Reconhecer palavras é um ponto inicial e relevante para o desenvolvimento do sujeito

como leitor. Concomitantemente, ele deverá desenvolver a capacidade de ler e interpretar textos com autonomia, a fim de tornar-se um leitor proficiente. A fonologia é um fator que contribui para que a criança reconheça palavras em sua leitura proficiente. Contudo, ela é uma ferramenta que permite ao sujeito armazenar em sua memória de longo prazo a grafia das palavras, para depois acessá-la durante a leitura. O desenvolvimento dessa competência no processo de alfabetização permite que a criança recorra à sua memória de longo prazo, onde encontra a grafia das letras, palavras e sons que já armazenou. Por conseguinte, ela fará conexões entre esses elementos, chegando à pronúncia e, posteriormente, ao significado, caminhando, assim, para a aquisição da leitura. Um leitor proficiente utiliza dois procedimentos: a rota lexical e a rota fonológica.

Segundo GOMBERT (2003), apud SILVA (2009), "[...] quando as palavras são conhecidas ou familiares, o leitor utiliza o acesso lexical; quando são desconhecidas, o leitor usa a rota fonológica para ler [...]."

Tratando-se da habilidade de escrever, ela não se reduz simplesmente a uma transcrição gráfica, ao ensino das letras ou do alfabeto. A escrita é um sistema de representação que exigirá do sujeito um conjunto de competências dentro de um sistema ao qual a escrita pertence. Esse sujeito, em seu processo de aprendizagem, fará reconstruções entre a dimensão fonologia e a dimensão ortográfica. ALVARENGA (1995), apud CORREA (2001).

Partindo da perspectiva da psicologia do desenvolvimento cognitivo, a criança procura compreender o que a escrita representa por meio de sinais gráficos. Suas primeiras construções de representação da escrita são feitas por meio de desenhos ou garatujas, com os quais ela tenta imitar a escrita, mas ainda não há distinção entre o desenho e a escrita. O processo de aprendizagem da escrita está dividido em três grandes períodos, com outras subdivisões: primeiro período – distinção entre a maneira de representação icônica e não icônica; segundo período – construção de formas de diferenciação; terceiro período – fonetização da escrita (MEC, 2009).

No primeiro período, ocorre a diferenciação entre os sinais gráficos figurativos e não figurativos e a constituição da escrita como um objeto eventual. Neste período, a criança é capaz de diferençar o desenho da escrita e compreender que a habilidade escrita não reproduz algo, mas sim substitui.

O segundo período acontece quando é resolvida a questão da diferenciação do desenho com a escrita. Ulterior a este, a criança considera as características específicas da escrita, isto é, o que pode ser lido e o que precisa possuir. Neste momento, ocorre a utilização das letras.

No terceiro período, a criança busca estabelecer uma correspondência entre o oral e o escrito, chegando a um nível silábico, isto é, à coincidência dos sons da fala com os grafemas. Ainda neste período, com a evolução das construções e reconstruções da criança, em sua escrita, as letras vão adquirindo valores sonoros, levando-a a vivenciar outros níveis posteriores a este, que são o silábico-alfabético e o alfabético.

Dentro dos grandes períodos citados acima, temos os níveis da escrita, divididos em: hipóteses de escrita pré-silábica, silábica sem ou com valor, silábica-alfabética e alfabética. (FERREIRO; TEBEROSKY, 1991, apud MEC, 2009).

Na hipótese de escrita pré-silábica a criança não estabelece relação com a fala, poderá misturar números, com desenhos ou letras. Sua escrita poderá representar os atributos de um objeto, isto é, quantidade de letras em relação ao tamanho do objeto. FERREIRO; TEBEROSKY (1991) apud MEC (2009).

A hipótese de escrita silábica se subdivide em duas categorias: sem valor sonoro e com valor sonoro. Nessa hipótese, a criança está descobrindo a relação entre a escrita e a fala. Sua representação para um determinado objeto consiste em usar uma letra para representar uma sílaba, podendo essa letra ser uma vogal ou uma consoante. Dessa forma, essa representação pode ocorrer sem valor sonoro ou com valor sonoro. Ou seja, a escrita sem valor sonoro ocorre quando a criança escreve uma letra para cada sílaba, sem correspondência sonora; já a escrita com valor sonoro ocorre quando há correspondência entre o som da fala e a letra es-

crita.
Na hipótese de escrita silábica-alfabética, a criança compreende que a escrita representa o som da fala, combinando vogais com consoantes. A impressão que se tem dessa escrita é que a criança está “comendo” letras.
Por fim, na hipótese de escrita alfabética, a criança compreende e conhece o valor sonoro de todas, ou quase todas, as letras, sendo possível ler o que ela escreve. Porém, ainda não se trata de uma escrita ortográfica.
Todas essas hipóteses de escrita citadas acima fazem parte do processo de aquisição da escrita, ou seja, como a criança se apropria desse sistema e o que a escrita representa para ela em seu processo inicial de alfabetização. Correa afirma que:

A aquisição da escrita não é feita de modo imediato, mas sim de maneira gradual, implicando um processo de elaboração de conceitos e competências por parte do aprendiz que se estende muito além da compreensão do princípio alfabético propriamente dito. (CORREA, 2001, p. 38)

A aprendizagem da língua escrita é conceitual e não apenas procedimental. Sendo assim, para o desenvolvimento desta, há uma relação de competências envolvidas, que estão ligadas ao desenvolvimento metalinguístico, no qual a consciência fonológica é uma dessas competências. (CORREA, 2001).
Portanto, para Silva (2009, p. 37):

A criança aprende a escrever quando ela aprende a decompor as palavras, ou seja, segmentos orais ou fonemas, nos seus correspondentes escritos – os grafemas, e a dominar o princípio alfabético, e o seu aperfeiçoamento se dá num longo caminho até a aquisição da escrita num nível ortográfico.

A fala tem sua importância no desenvolvimento da leitura e da escrita; porém, aprender a falar é muito diferente de aprender a ler e a escrever. De acordo com GOMBERT (2003, p. 31), apud SILVA (2009), "A aprendizagem da fala, em parte, depende de pré-programações inatas, de processos biologicamente determinados, que são automaticamente ativados quando o bebê entra em contato com a língua falada em seu ambiente." Por conseguinte, a criança aprende a falar sem se limitar à estrutura formal de nossa língua. Vale destacar que a fala é a organização do pensamento; sendo assim, só organizamos o pensamento porque falamos.
Sabendo que a linguagem escrita não é uma transcrição da fala, mas é por meio dessa habilidade e de tentativas que a criança começa a escrever, formando hipóteses sobre a escrita, para depois compreender e chegar à escrita alfabética ortográfica e se apropriar do sistema de escrita convencional com proficiência.
A fala é um importante instrumento psicológico organizador; por meio dela, a criança se integra a ações sociais e culturais. Porém, quando ocorrem falhas ou falta de estímulos no campo do desenvolvimento psicomotor, é possível que surjam problemas no processo de aquisição da linguagem verbal e da escrita, o que, conseqüentemente, afetará o processo de aprendizagem (OLIVEIRA, 2010).
Temos como aspecto relevante e considerável o funcionamento do nosso sistema de escrita, que é alfabético e diferente de outros sistemas, pois cada som (fonemas) tem uma representação gráfica (grafemas). Outro instrumento importante no desenvolvimento das habilidades cognitivas da leitura e escrita é o desenvolvimento psicomotor, essencial desde a geração do feto. Entretanto, o desenvolvimento precário ou fragmentado, aliado à falta de estímulos, fará com que a criança apresente sérios problemas na aprendizagem da escrita, leitura e em outras competências envolvidas nessas habilidades cognitivas.

PORQUE A CRIANÇA NÃO APRENDE A ESCREVER?

As grandes preocupações dos profissionais da educação são os altos índices de evasão e reprovação escolar, que, por fim, resultam no encaminhamento de crianças com dificuldades de aprendizagem ao tratamento psicopedagógico (MORAIS, 2006).
Para tanto, é interessante compreender o que é alfabetização e letramento, ou, mais ainda, o que é alfabetizar e letrar. Alfabetizar entendemos como o ato de ensinar o domí-

nio técnico da aquisição da leitura e escrita. Para Carvalho (2009, p. 65), "[...] aprendizagem inicial da leitura e escrita [sic], isto é, a ação de ensinar (ou o resultado de aprender) o código alfabético, ou seja, as relações entre letra e sons."
É possível entender o termo letramento como o uso social da leitura e da escrita, ou seja, compreender a função social dessas habilidades e saber utilizá-las no meio social. Segundo Carvalho (2009, p. 65), "Alfabetizar é ensinar o código alfabético; letrar é familiarizar o aprendiz com os diversos usos sociais da leitura e escrita." Porém, "[...] no Brasil, os conceitos de alfabetização e letramento se mesclam, se superpõem e frequentemente se confundem" (SOARES, 2003, apud CARVALHO, 2009, p. 65).
Por conseguinte, ambos os termos são distintos em suas concepções e ações, porém se articulam e devem ocorrer de forma concomitante. No processo inicial de alfabetização, o sujeito aprendiz vai se familiarizando com o alfabeto, os sons (fonemas), as representações de cada letra (grafemas), os textos (de diversos gêneros) e suas próprias tentativas de compreender o que sabe ou não em relação ao nosso sistema de linguagem escrita, bem como o que construiu ao longo desse processo. Quando esse momento não é devidamente conduzido, é necessário verificar quais foram as condições oferecidas como garantia para que esse sujeito aprendesse e, caso tenham sido garantidas, por que ele não aprendeu.
Entretanto, cabe ao professor identificar quais empecilhos foram determinantes na não aprendizagem desse sujeito, ou ainda, se ele apresenta alguma dificuldade em seu processo de aprendizagem.
Os primeiros problemas de aprendizagem a serem detectados na alfabetização são os relacionados à leitura e à escrita. É nesse processo que tais problemas se tornam visíveis. Podemos apontar como possíveis causas desses problemas a falta de estímulos adequados durante o processo de alfabetização, questões de ordem emocional, métodos de ensino inadequados e outros fatores predominantes que interferem no desenvolvimento dessas habilidades cognitivas.
Para que possamos compreender melhor tais dificuldades de aprendizagem, vejamos o que diz García em relação à leitura:

As dificuldades de aprendizagem da leitura surgem por dissociações no desenvolvimento [sic] das correspondências entre os códigos ortográficos e fonológicos e as conexões múltiplas. Quando não se desenvolvem as conexões específicas entre os códigos específicos ortográficos-fonológicos e múltiplos, surgirão dificuldades da aprendizagem da leitura. (GARCÍA, 1998, p. 58)

Para reconhecer palavras, é necessário que a criança tenha percepção visual e auditiva. Contudo, se esses dois sistemas recebem informações do meio de maneira distorcida, consequentemente, o cérebro processará informações equivocadas. Assim, podemos concluir que nada impede que esses dois sistemas também influenciem na aprendizagem da leitura.
Quando a dificuldade está centrada na leitura, a criança pode apresentar um transtorno denominado dislexia, ou transtorno do desenvolvimento da leitura. A dislexia manifesta-se tornando a leitura oral da criança lenta, com omissões, distorções, substituições de palavras, entre outros fatores, prejudicando a memória de curto e longo prazo, especialmente quando é necessário recordar algo, como sequências. A criança disléxica apresenta dificuldades na identificação da orientação esquerda-direita, na organização temporal, na imagem corporal, entre outros aspectos.
Para Morais:

"[...] a criança disléxica, com problemas severos em leitura, é incapaz de escrever. [...] o processo de escrita é posterior ao processo de leitura e, é esperado que a criança que não consegue fazer a transposição dos símbolos impressos (letras) para os respectivos estímulos sonoros (sons), tampouco será capaz de realizar a atividade inversa (escrita)." (MORAIS, 2006, p. 82).

Portanto, a dislexia é um transtorno que não compromete apenas a leitura, mas também outros aspectos relevantes do desenvolvimento cognitivo, como a habilidade da escrita.
No que se refere à linguagem escrita, podem

ocorrer dificuldades relacionadas à sintaxe, à soletração, à pontuação das frases e à organização dos parágrafos.

Entre as possíveis dificuldades de aprendizagem associadas a essa habilidade, encontra-se a disgrafia.

A disgrafia é uma deficiência na qualidade do traçado gráfico e que não é uma causa de aspecto intelectual ou neurológico. Uma criança disgráfica possui uma escrita ilegível ou demasiadamente lenta que interfere no desenvolvimento escolar. (AJURIAGUERRA, 1997, apud MORAIS, 2006).

As características da disgrafia, segundo García, "são a apresentação de déficits no planejamento da mensagem [sic] e na construção da estrutura sintática [sic] [...]" (GARCIA, 1998, p. 198).

Quando o déficit predominante ocorre na rota ortográfica, trata-se de uma disgrafia superficial; quando ocorre na rota fonológica, é denominada disgrafia fonológica. No entanto, é possível encontrar dificuldades em ambas as rotas, como confusão nos grafemas (rota fonológica) e falhas na ortografia (rota ortográfica). (GARCÍA, 1998).

Contudo, a disgrafia pode ser uma alteração nos módulos de planejamento, sintáticos, léxicos e motores. Esses módulos podem ser alterados por uma lesão cerebral, tornando-se uma disgrafia adquirida, ou disgrafia evolutiva, quando somente é uma dificuldade da aprendizagem da escrita. Esses termos mencionados são utilizados por García.

Outras possíveis dificuldades na aprendizagem da escrita incluem a escrita em espelho, intercâmbio de letras, o atraso na escrita e a disortografia. No entanto, não devemos nos limitar apenas a esses problemas apresentados pelas crianças em seu processo de alfabetização. É relevante refletir sobre os fatores que interferem na não aprendizagem das habilidades da leitura e escrita. Podemos levantar hipóteses plausíveis, como a possibilidade de ensino inadequado, práticas docente ineficazes, materiais pouco apropriados e outros fatores relacionados ao contexto escolar.

Quando o ensino é oferecido sem qualidade, perde-se o prazer de aprender, o que pode gerar bloqueios que interferem no processo da aprendizagem, resultando em dificuldades contínuas no aprender. Contudo, a dificuldade pode existir sem que haja um ensino inadequado, mas quando não há compreensão ou transparência sobre o que está acontecendo com uma determinada criança em relação à sua aprendizagem da leitura e escrita, esse problema poderá se agravar.

De modo geral, o papel do psicopedagogo institucional será fundamental no atendimento dessas crianças com dificuldades de aprendizagem na leitura e escrita, bem como na orientação e acompanhamento das práticas docentes e de todos os envolvidos na educação desse sujeito, a fim de resgatar o prazer de aprender e prevenir futuros problemas. Além disso, é crucial compreender como esse sujeito constrói o conhecimento, suas estratégias de aprendizagem, como aprende, suas limitações e como trabalhar com essas limitações, garantindo seu desenvolvimento cognitivo integral. Quanto mais cedo forem detectados e/ou identificados os problemas de aprendizagem, maior será a probabilidade de sucesso na atuação do psicopedagogo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O psicopedagogo Institucional é uma figura essencial e exerce um papel fundamental na vida escolar da criança que apresenta dificuldades de aprendizagem, tornando-se também um assessor indispensável para a instituição escolar.

Sendo assim, seu trabalho vai muito além do que foi abordado neste artigo, devendo ser reconhecido e valorizado, por abranger conhecimentos provenientes de diversas áreas do saber, com o objetivo de alcançar êxito em suas ações e intervenções.

Além de consultar e buscar suporte em outras ciências, é primordial que o psicopedagogo institucional possua domínio ou, ao menos, habilidade da área linguística, a fim de levantar hipóteses sobre fatores que interferem e prejudicam a aprendizagem da leitura e da escrita. Trata-se de um trabalho investigativo, de pesquisa cuidadosa, que exige analisar, passo a passo, cada transtorno relacionado às dificuldades nessas habilidades cognitivas, observando se coincidem com as atitudes e características apresentadas pelas crianças durante seu processo de

aprendizagem. É uma atuação gradual, que varia conforme o caso, suas especificidades e peculiaridades, podendo demandar um acompanhamento de curto e/ou longo prazo.

Seria altamente significativo se todos os professores em sala de aula fossem psicopedagogos ou se todas as instituições escolares dispusessem desse profissional tão valioso. Talvez assim, fosse possível prevenir ou até erradicar muitos dos problemas de aprendizagem, garantindo o pleno desenvolvimento cognitivo de cada sujeito.

Enquanto essa realizada ainda não se concretiza, psicopedagogos, pesquisadores e demais profissionais da educação seguem contribuindo significativamente para que avancemos em direção a uma educação mais eficiente, com qualidade, inclusão, integração e inovação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOSSA, Nadia Aparecida. A Psicopedagogia no Brasil: contribuições a partir da prática. 4. ed. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2011. 248 p.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. A criança de 6 anos, a linguagem escrita e o ensino fundamental de nove anos: orientações para o trabalho com a linguagem escrita em turmas de crianças de seis anos de idade / Francisa Izabel Pereira Maciel, Mônica Correia Baptista e Sara Mourão Monteiro (orgs). – Belo Horizonte: UFMG/FaE/CEALE, 2009. 122 p.

CAPOVILLA, F. (org). Os novos Caminhos da Alfabetização Infantil. Relatório encomendado pela Câmara dos Deputados ao Painel Internacional de Especialistas em alfabetização Infantil. SP. Edições Cientificas Memnon. 2003.

CARVALHO, Marlene. Alfabetizar e letrar: um diálogo entre a teoria e a prática. 6. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. 143 p.

CORREA, Jane; SPINILLO, Alina; LEITÃO, Selma. Desenvolvimento da linguagem: escrita e textualidade. 1. ed. Rio de Janeiro: NAU Editora: FAPERJ, 2001. 144 p.

FAGALI, Eloísa Quadros. “Por que” e “como” psicopedagogia institucional? Revista Psicopedagogia. São Paulo: ABPp, v.17, n. 46, p. 37-41, 1998.

GARCÍA, Jesus Nicasio. Manual de dificuldades de aprendizagem: linguagem, leitura, escrita e matemática. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998. 274 p.

MORAIS, António Manuel Pamplona. Distúrbios da Aprendizagem: uma abordagem psicopedagógica. 12. ed. São Paulo: Edicon, 2006. 168 p.

PERES, Maria Regina; OLIVEIRA, Maria Helena Mourão Alves. Psicopedagogia: limites e possibilidades a partir de relatos de profissionais. Revista Ciências & Cognição. Rio de Janeiro: UFRJ, v. 12, a. 4, p.115-133, dez. 2007.

OLIVEIRA, Gislene de Campos. Desenvolvimento da psicomotricidade. Em: Psicomotricidade: Educação e reeducação num enfoque psicopedagógico. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2010. 150 p.

SILVA, Flávia Renata Alves da. Habilidades metafonológicas e aprendizagem da língua escrita: Um estudo com crianças da 4ª série do Ensino Fundamental. 2009. 110f. Dissertação (Mestrado em Educação – Psicologia da Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2009.